

A EDUCAÇÃO E AS ASPIRAÇÕES DE JOVENS ASSENTADOS – NOTAS DE UMA PESQUISA EM ANDAMENTO

Patrícia de Lima Silva – FCT/UNESP - Presidente Prudente
patricialimasilva@hotmail.com

Prof. Dr. Luis Antonio Barone – FCT/UNESP - Presidente Prudente
labarone@uol.com.br

O universo que envolve a educação rural apresenta atualmente uma extensa lista de complexidades e problemas. Dentre eles, destacam-se seu desenvolvimento tardio, descontínuo e alienado do meio circundante, a má adaptabilidade dos projetos que surgem no urbano e o descaso do Poder Público em desenvolver uma política educacional eficaz que reforce os vínculos culturais entre homem e ambiente rural (LEITE, 1999). Isto porque as dimensões culturais do Urbano e Rural, exceto nos casos em que os dois espaços se confundem como no processo avançado de incorporação do campo pela cidade, conservam características peculiares que fazem com que seja possível identificar e reconhecer o homem do campo e diferenciá-lo do cidadão. Neste sentido, as dimensões comunicativa e pedagógica da educação rural podem ser um meio de socialização e criação de uma identidade territorial, já que os símbolos pertencentes ao cotidiano rural também são uma forma de linguagem que socializam e ressocializam, fazendo ressurgir e fortalecer uma identidade camponesa através de práticas culturais com potencial emancipatório (KOLLING, et al.1999) fundamentais ao desenvolvimento da agricultura familiar, em especial nos programas de Reforma Agrária em toda a América Latina (FREIRE, 1982). De fato, a problemática que envolve a Reforma Agrária hoje, no Brasil, só pode ser compreendida analisando-se a formação histórica da sociedade a partir da qual se revelam, de um lado, o latifúndio e a exploração agropecuária - matrizes da economia brasileira – e, de outro, a história de luta e resistência dos trabalhadores rurais (FERRANTE e BARONE, 1996). O processo recente de assentamentos rurais no país e no Estado de São Paulo comporta essa dimensão conflituosa, sobretudo em contextos regionais de forte mobilização política de agentes representativos desses dois setores sociais. A região do extremo Oeste Paulista, conhecida como Pontal do Paranapanema (área de abrangência do projeto), tem ganhado relevância no contexto da luta pela terra nos últimos 10 anos, tornando-se a área do Estado de São Paulo com maior número de assentamentos rurais. Esse fato se explica pela existência, nesta região, de mais de um milhão de hectares de terras devolutas griladas (LEITE, 1998; FERNANDES, 1996) e pela presença de movimentos sociais fortemente ativos, como o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-terra (MST) que, em 1990, iniciou uma série de ocupações e de acampamentos. Presidente Venceslau, município que compõe

a região do Pontal do Paranapanema, se destaca dentre os demais, sobretudo, pelas iniciativas da gestão municipal passada (2001-2004) em relação aos assentamentos rurais. No atual período (gestão 2005-2008), constata-se a manutenção do quadro político-administrativo e das perspectivas do governo em ensaiar propostas voltadas para o desenvolvimento rural e, mais especificamente, ao desenvolvimento dos assentamentos. Contando com uma população de 35 mil habitantes, Presidente Venceslau tem quatro Projetos de Assentamentos (P.A.s) em seu território, totalizando 246 lotes familiares: P.A. Primavera, com 124 lotes familiares; P.A. Tupã-Ciretã, com 78 lotes familiares; P.A. Radar, com 29 lotes familiares; P.A. Santa Maria, com 17 lotes familiares. Como parte das iniciativas da Prefeitura local, instalou-se uma Escola de Ensino Fundamental no Assentamento Primavera, que atende as crianças dos assentamentos no ensino de 1ª. à 4ª. série. No entanto, o fato desses jovens necessitarem completar seus estudos na zona urbana de Presidente Venceslau cria uma situação ambígua no tocante à dispensação da educação formal: de um lado, uma escola municipal voltada à realidade do campo; de outro, a progressão escolar na cidade. Através da observação participante (técnica qualitativa derivada da antropologia), busca-se compreender como essas tensões se expressam através do drama da socialização e ressocialização das populações assentadas frente às alternativas para o desenvolvimento dos P.A.s. Serão avaliados os projetos pedagógicos das escolas que atendem à população assentada - tanto no interior do assentamento como nas escolas da cidade - bem como as aspirações dos jovens e adultos participantes dos diferentes programas educacionais, no tocante àquilo que eles podem fornecer/recuperar para a sua ressocialização como produtores rurais.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- LEITE, S. C. **Escola Rural: urbanização e políticas educacionais**. São Paulo: Cortez, 1999.
- KOLLING, E. J. et alii (orgs). **Educação no Campo: Identidade e Políticas Públicas**. Cadernos Por uma Educação Básica no Campo. n.4, Brasília, 2002.
- FREIRE, P. **Extensão ou Comunicação?** RJ: Paz e Terra, 1982.
- FERRANTE, V. L. S. B.; BARONE, L. A. Assentamentos Rurais e poder local: os rumos da descentralização da reforma agrária. BERGAMASCO, S. M. P. P. et alii. **Dinâmicas Familiar, Produtiva e Cultural nos Assentamentos Rurais de São Paulo**. UNICAMP/UNIARA/INCRA, 2003.
- FERNANDES, B. M. **MST: Formação e Territorialização**. São Paulo: Hucitec, 1996.
- LEITE, J. F. **A Ocupação do Pontal do Paranapanema**. São Paulo: Hucitec, 1998.